

## **A RELAÇÃO ENTRE A FÉ (RELIGIÃO) E OS MOVIMENTOS SOCIAIS COM ÊNFASE NAS DIVERSIDADES HUMANAS**

### **THE RELATIONSHIP BETWEEN FAITH (RELIGION) AND SOCIAL MOVEMENTS WITH AN EMPHASIS ON HUMAN DIVERSITY**

**Camilo de Lelis Borgati Junior**

Enfermeiro, mestrando em ciências das religiões na Faculdade Unida de Vitória,  
[camilobjr@yahoo.com.br](mailto:camilobjr@yahoo.com.br)

#### **RESUMO**

Este artigo tem como objetivo analisar a relação entre fé religiosa e movimentos sociais, com ênfase nas diversidades humanas. Entender a conexão entre fé, religião e movimentos sociais requer uma análise crítica. É necessário reconhecer a importância das diversidades humanas — como gênero, raça, orientação sexual, deficiência e cultura — e considerar de que modo a fé pode contribuir para uma sociedade mais justa, plural e inclusiva. Embora a fé seja fonte de inspiração e motivação para a luta por justiça social, ela também pode ser utilizada para justificar posturas fundamentalistas ou excludentes, principalmente em relação às diversidades humanas. A pesquisa é de caráter qualitativo e fundamentada em um levantamento bibliográfico, nos quais busca-se refletir como a fé pode impulsionar práticas sociais inclusivas quanto ser utilizada como mecanismo de exclusão e opressão em contextos marcados pelo fundamentalismo religioso. Autores clássicos e contemporâneos, como Marx (1845) e Weber (1905), Shippey (2017) e Oro e Souza (2018), além das revistas científicas RBCS E REVER, são bases e fontes de estudo para essa pesquisa. Através de um quadro analítico e da análise de conteúdo, o trabalho visa entender como a fé influencia as lutas por direitos, reconhecimento e justiça social, expondo suas ambivalência e potencial transformador no cenário brasileiro de hoje. Compreendeu-se ao final que a fé como símbolo da religião pode ser interpretada como fonte de inspiração, motivação e até legitimidade para os movimentos sociais.

**Palavras-chave:** Fé; Religião; Movimentos Sociais; Diversidade

#### **ABSTRACT**

This article aims to analyze the relationship between religious faith and social movements, with an emphasis on human diversity. Recognizing the multifaceted complexity of the

relationship between religious faith and social movements, with an emphasis on human diversity, within the historical, cultural, and political contexts in which it is embedded, faith is a source of inspiration and motivation for the struggle for social justice, it may be used to justify fundamentalist or exclusionary positions, especially regarding human diversity. This qualitative research draws on a bibliographic survey as part of its methodological approach, that seeks to explore how faith can both promote inclusive social practices and serve as a mechanism of exclusion and oppression in contexts characterized by religious fundamentalism. Classical and contemporary authors, such as Marx (1845) and Weber (1905), Shipey (2017), and Oro e Souza (2018), as well as the scientific journals RBCS and REVER, serve as the basis and sources for this research. Through an analytical framework and content analysis, this work aims to understand how faith influences the struggles for rights, recognition, and social justice, exposing its ambivalence and transformative potential in today's Brazilian landscape. Ultimately, it was understood that faith, as a symbol of religion, can be interpreted as a source of inspiration, motivation, and even legitimacy for social movements.

**Keywords:** Faith; Religion; Social Movements; Diversity

## 1. INTRODUÇÃO

A fé pode ser compreendida como a expressão subjetiva e simbólica de determinada religião, e sua relação com os movimentos sociais é histórica, complexa e multifacetada. Ao longo da história, as tradições religiosas desempenharam papéis, muitas vezes ambíguos e antagônicos: ora promovendo transformações sociais e justiça, ora legitimando estruturas de opressão e exclusão. Quando aplicada ao contexto contemporâneo, a fé pode ser marcada por novos contornos, os quais envolvem debates em relação à identidade, direitos humanos e pluralidade.

Os movimentos sociais vêm reivindicando seus espaços fundamentais, como o direito e reconhecimento de seus grupos historicamente marginalizados; nessa perspectiva, a religião pode se tornar uma aliada ou um obstáculo. Por um lado, a fé é mobilizada por lideranças religiosas e coletivos progressistas como instrumento de resistência e acolhimento, sendo fonte de inspiração, motivação e até de legitimidade ética para lutas sociais. Em contrapartida, muitos discursos fundamentalistas e conservadores ainda utilizam argumentos religiosos para negar direitos, manter hierarquias e silenciar a diversidade.

No Brasil, é possível observar uma crescente participação de figuras religiosas nos debates públicos e sociais, demonstrando um panorama que reflete campo de disputa em que a fé – longe de ser neutra – é constantemente reinterpretada, ressignificada e apropriada por diferentes sujeitos e grupos sociais.

Assim, entender a conexão entre fé, religião e movimentos sociais requer uma análise crítica que reconheça a importância das diversidades humanas — gênero, raça, orientação sexual, deficiência e cultura — e que considere as maneiras pelas quais a fé pode ajudar a criar uma sociedade mais justa, plural e inclusiva.

Dessa forma, o presente trabalho busca analisar como a fé, enquanto símbolo da religião, atua como fonte de inspiração, motivação e legitimidade nos movimentos sociais contemporâneos, com ênfase na promoção ou negação das diversidades humanas. Tornando-o relevante visto que em um mundo marcado por profundas desigualdades e tensões identitárias, a fé e a religião exercem o papel de forças sociais vivas, com alto poder de mobilização, influência política e produção de sentido.

A compreensão desta dimensão permite ampliar o olhar sobre as transformações sociais, principalmente quando se considera a centralidade das diversidades humanas nas pautas atuais, tornando-se ainda mais urgente analisar como elas podem contribuir para práticas inclusivas, solidárias e democráticas.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: FÉ E RELIGIÃO COMO FENÔMENOS SOCIAIS**

Compreender a fé e a religião como fenômenos sociais tem raízes nas reflexões sociológicas, principalmente, de Karl Marx e Max Weber, pioneiros cujas análises permanecem como referências fundentes para o debate contemporâneo sobre a influência da religiosidade na vida social e política.

No âmbito da crítica social, Marx apresenta a religião não somente como uma questão cultural ou espiritual, mas uma construção social profundamente enraizada nas condições materiais de existência. Parte da compreensão que ela é construída como resposta ao sofrimento humano, principalmente, em contextos de opressão.

No marxismo, a religião é compreendida como o reflexo das condições materiais da sociedade. Marx (2001, p.45, 46) afirma que

(...) a religião é o suspiro do ser oprimido, o íntimo de um mundo sem coração e a alma de situações sem alma. É o ópio do povo. A miséria religiosa constitui ao mesmo tempo a expressão da miséria real e o protesto contra a miséria real. O banimento da religião como felicidade ilusória dos homens é a exigência de sua felicidade real. O apelo para que abandonem as ilusões a respeito de suas condições é o apelo para abandonarem uma condição que precisa de ilusões.

Assim, Marx reconhece a função pungente ou simbólica da religião, mas critica seu papel na naturalização das desigualdades e na alienação do ser humano. “A miséria religiosa constitui ao mesmo tempo a expressão da miséria real e o protesto contra a miséria real” (Marx, 2010, p. 145). Para ele, a fé religiosa deve funcionar como um mecanismo que proporciona conforto aos oprimidos, sem abordar as causas estruturais de sua opressão.

A crítica marxista ao sistema de crenças concentra-se em sua capacidade de ocultar as contradições manifestadas pelo sistema capitalista e de desviar a consciência crítica das pessoas. Embora alguns teóricos contemporâneos a considerem reducionista, tal perspectiva permanece fundamental para compreender de que forma algumas expressões religiosas ainda são usadas para justificar desigualdades sociais ou práticas discriminatórias.

A visão marxista sobre a religião costuma ser resumida na expressão 'ópio do povo'. Essa ideia retrata a religião como uma fantasia, um véu que obscurece a realidade, funcionando como uma forma de escapismo. Enquanto isso, o empenho weberiano em compreender as religiões globais, teria como principal foco o papel da Reforma e da ética protestante frente ao ímpeto do capitalismo.

Weber nota que o cristianismo é singular devido à sua origem urbana, sendo uma religião ligada à polis ocidental, portanto, fortemente influenciada pelas forças ali presentes. Além disso, o crescimento da religiosidade com cernem a uma figura salvífica sugere uma visão mais lógica do mundo, existente antes da religião em si.

Max Weber (1905), apresenta uma vertente da religião conferindo-lhe um papel ativo na formação das estruturas sociais e econômicas contemporâneas. Segundo o autor, a ética calvinista, que valoriza o trabalho, a disciplina e a racionalidade, teria desempenhado um papel importante no desenvolvimento do espírito capitalista moderno.

O modo de vida determinado religiosamente é, em si, profundamente influenciado pelos fatores econômicos e políticos que operam dentro de determinados limites geográficos, políticos, sociais e nacionais. Iríamos perder-nos nessas discussões se tentássemos demonstrar essas dependências em toda a singularidade. Só podemos no caso, tentar retirar os elementos diretivos na conduta de vida das camadas sociais que influenciaram mais fortemente a ética prática de suas respectivas religiões. Esses elementos marcaram os aspectos mais característicos da ética prática, as características que distinguem uma ética das outras; e, ao mesmo tempo, foram importantes para a respectiva ética econômica (Weber, 1996, p. 333).

A principal contribuição de Weber reside na ideia de que as crenças religiosas podem influenciar não somente a subjetividade individual, mas também as normas culturais e estruturas institucionais das sociedades. Destarte, a fé se transforma em um princípio estruturador da ação social, com consequências nas esferas econômica, política e ética. Tal perspectiva permite compreender de que maneira os valores religiosos podem ser utilizados em favor da justiça social, da ação coletiva e da mudança cultural.

Na atualidade, pensadores contemporâneos como Giddens (2012, p.483), compreendem a religião como “(...) um sistema cultural de crenças e rituais comuns e compartilhados, que proporcionam um senso de significado e propósitos finais, criando uma visão da realidade que é sagrada, abrangente e sobrenatural”. Nessa perspectiva, para além da submissão a uma divindade ou uma filosofia, o indivíduo busca compreender suas relações humanas e sua interrelação com o mundo baseado no mistério da religião.

Sociólogos contemporâneos também enfatizam a presença ativa das religiões nos espaços públicos, evidenciando que além de se espelharem na sociedade, elas também se envolvem diretamente em suas contendas e mudanças. A fé tem sido utilizada tanto para validar iniciativas conservadoras quanto para promover agendas progressistas, exemplifica como a fé cristã pode ser reimaginada como um meio de denunciar injustiças e empoderar os oprimidos (Boff, 1986; Gutiérrez, 1971).

De forma análoga, Shippey (2017) defende que a fé pode servir como um alicerce para resistir à opressão sistêmica, sobretudo quando está ligada a práticas comunitárias e a interpretações teológicas críticas. Nesse contexto, a religião deixa de ser percebida como um meio de alienação e é entendida como um agente de resistência e solidariedade, particularmente entre grupos marginalizados. Kilomba (2020, p. 13) afirma que “só quando se reconfiguram as estruturas de poder é que as muitas identidades marginalizadas podem também, finalmente, reconfigurar a noção de conhecimento”.

A fé, além de ser vivida no âmbito institucional, é experimentada de maneira pessoal e comunitária, funcionando como um componente fundamental da identidade e do propósito de vida. Mariz e Motta (2010) abordam essa perspectiva ao estudarem as práticas religiosas em situações de pobreza e vulnerabilidade, evidenciando como a religiosidade proporciona suporte emocional, redes de solidariedade e estratégias de enfrentamento. Nesse cenário, a fé transforma-se em um espaço simbólico para a reconstrução da autoestima e resistência às violências sociais.

Quando vivida por meio da alteridade e do compromisso ético com a justiça, a fé tem o poder de impulsionar redes de solidariedade. Além disso, fortalece lideranças comunitárias

e inspira práticas transformadoras. Organizações religiosas acolhedoras, grupos ecumênicos, e as religiões de matrizes africanas ilustram como a fé consegue ser readaptada, influenciada pelas experiências e desafios desses grupos, promovendo, além da união espiritual, a cidadania, o progresso e o empoderamento social (Gomes, 2005; Corrêa, 2022).

A análise das perspectivas clássicas e contemporâneas revela que a fé e a religião não são fenômenos imutáveis, são dinâmicos, complexos e profundamente ligados às condições históricas e culturais de cada sociedade. “A religião, como conjunto de mediações simbólicas e gestos, como doutrina explicativa do mundo e referência ao absoluto (seja qual for), vem a ser um momento essencial deste ‘fechamento’ do sistema sobre si mesmo” (Dussel, 1980, p. 119). A fé mantém um papel fundamental nos processos sociais, tanto como ideologia de dominação quanto como instrumento de libertação, especialmente no que diz respeito à organização de movimentos sociais em contextos caracterizados pela diversidade e desigualdade.

### **3. INTERSECÇÕES ENTRE FÉ E MOVIMENTOS SOCIAIS**

Os movimentos sociais são formas estruturadas de ação coletiva, impulsionadas por indivíduos que têm interesses em comum e desejam mudar elementos da realidade social, política ou cultural. De acordo com Touraine (1997), os movimentos sociais emergem quando certos grupos se organizam em torno de valores e identidades com o objetivo de impactar a estrutura social e os padrões de dominação. Segundo Melucci (1996), esses também são espaços simbólicos onde se produz sentidos e se disputa por reconhecimento.

As disputas por direitos civis, igualdade de gênero, reconhecimento da diversidade sexual, o combate ao racismo estrutural e a inclusão de pessoas com deficiências se destacam como petições urgentes desses movimentos sociais. Tais lutas estão intimamente ligadas à ideia da diversidade humana e à necessidade de superar as formas históricas de exclusão. Notavelmente, tais demandas ganharam força a partir da segunda metade do século XX, com movimentos como o feminismo, o movimento negro, o LGBTQIAPN+, as causas indígenas e das pessoas com deficiência. Esses grupos reivindicam não apenas direitos legais, mas também reconhecimento social, cultural e simbólico (Gomes, 2005; Bento, 2006).

A diversidade humana abrange as diversas maneiras de existir e experienciar o mundo e a fé e a religião, sendo aspectos essenciais da experiência, estão intrinsecamente

ligadas a marcadores e podem afetar, de forma positiva ou negativa, a maneira como a sociedade trata as diferenças. Essas vivências são apoiadas por leituras teológicas libertadoras, como a Teologia da Libertação na América Latina (Gutiérrez, 1986; Boff, 1981), a teologia negra nos EUA e Brasil (Douglas, 1999; Gomes, 2005) e a teologia *queer* (Althaus-Reid, 2003). As quais releem os escritos sacros e dos dogmas, e estruturam-se a partir das jornadas dos excluídos, nascendo uma espiritualidade que acolhe, abraça os direitos das pessoas, a justiça para todos.

Nasce então, uma fé inclusiva, que recebem fiéis LGBTQIAPN+, comunidades cristãs que trabalham em comunidades e áreas periféricas urbanas para garantir a dignidade, terreiros de candomblé que se opõem ao racismo religioso e ações inter-religiosas que incentivam o diálogo entre diversas tradições em prol da diversidade são exemplos atuais.

Nessa perspectiva, a religião é compreendida como uma força simbólica, espiritual e cultural, tendo exercido influência sobre práticas de solidariedade, resistência e emancipação social. Apesar de ser comumente ligada à tradição e à preservação de valores, a religião também pode atuar como um agente de transformação, sendo utilizada por grupos e líderes sociais em processos de contestação e mudança. Essa intersecção acontece no âmbito dos movimentos sociais quando as comunidades de fé ajustam suas práticas e discursos às reivindicações por justiça social, igualdade e reconhecimento das diferenças humanas.

Muitas vezes, a fé tem sido utilizada como uma linguagem ética e espiritual para combater injustiças e incentivar a solidariedade. Em comunidades religiosas, a prática da caridade, do acolhimento e da assistência vai além do bem-estar individual, se conecta a uma perspectiva de mundo focada na justiça social. Essa articulação ganha ainda mais força quando acontece de forma estruturada, como em movimentos pastorais, teologias críticas ou redes inter-religiosas que apoiam grupos historicamente marginalizados. De acordo com Cunha (2011), atualmente, as religiões no Brasil estão se legitimando como agentes de mobilização social, tanto na esfera da espiritualidade, quanto nas lutas por políticas públicas, educação e cultura. Nesse cenário, a fé pode proporcionar sentido, identidade e esperança.

As lideranças religiosas têm um papel fundamental na conexão entre fé e movimentos sociais. Em situações de vulnerabilidade, podem atuar como intermediárias entre as demandas das comunidades e o governo, como organizadoras de redes de suporte e como vozes públicas que denunciam violações de direitos. Contudo, o papel das lideranças é incerto. Enquanto alguns defendem as minorias e os direitos humanos, outras podem promover discursos de exclusão e intolerância.

Mesmo após muitos avanços nas intersecções entre fé e movimentos sociais, a fé e a religião ainda podem ser observadas como fatores de exclusão em diversos contextos. Desse modo, a religião pode ser utilizada como uma ferramenta de exclusão, principalmente por grupos religiosos fundamentalistas que defendem interpretações literalistas, patriarcais e moralistas dos textos sagrados. Esses discursos geralmente contrariam as demandas dos movimentos sociais, negando, por exemplo, os direitos da população LGBTQIAPN+, a equidade de gênero ou as políticas de ação afirmativa. Pierucci (2004) indica que a religião está se tornando muito politizada no espaço público brasileiro, caracterizada pela disputa de valores morais, controle simbólico e influência nas políticas públicas.

A atuação desses grupos pode levar a retrocessos legais, violações de direitos e à legitimação de discursos de ódio. No Brasil, esse fenômeno se manifesta por meio da atuação de bancadas religiosas conservadoras no Congresso Nacional, na difusão de terapias de "cura gay", na criminalização de tradições religiosas afro-brasileiras e na oposição à educação sexual e ao debate sobre diversidade nas escolas (Silva, 2020; Cunha, 2013).

Dessa forma, a relação entre religião e movimentos sociais não é simples; ela se configura como um campo de disputas simbólicas, no qual diversas interpretações da fé dão suporte tanto a projetos de emancipação quanto de exclusão. Para entender os desafios e oportunidades de criar uma sociedade verdadeiramente plural, é fundamental analisar essa complexidade.

### **3.1. Religião, Fé e Diversidade Humana: A Perspectiva de gênero**

A conexão entre fé e gênero é caracterizada por conflitos históricos. A presença das mulheres nos espaços religiosos apresenta, ao longo da história, um cenário de ambiguidades. Enquanto fiéis fervorosos, constituem grande parte das comunidades religiosas, ainda se deparam com barreiras significativas em relação ao reconhecimento e à liderança. A fé, em sua essência, pode servir como uma ferramenta de controle social sobre os corpos e papéis femininos, ou ser resignificada pelas mulheres como um farol de resistência, identidade e libertação. O olhar interseccional é crucial para entender como as mulheres vivenciam, desafiam e transformam as estruturas patriarcais encontradas nas instituições religiosas.

Por muitos séculos, a maioria das tradições religiosas elaborou interpretações teológicas que sustentavam a subjugação feminina e aceitavam relações desiguais de poder. A Bíblia, o Alcorão, os Vedas e outros textos sagrados frequentemente tiveram suas

leituras interpretadas por homens, sob a influência de estruturas patriarcais.

O que pode ter gerado exclusão histórica das mulheres dos círculos de poder, junto à criação de imagens femininas ligadas à obediência, sacrifício e pureza.

Contrariando essa tradição, teólogas feministas como Ivone Gebara (1997), Elisabeth Schüssler Fiorenza (1983) e Rosemary Radford Ruether (1993) desenvolveram teologias críticas que questionam interpretações patriarcais dos textos sagrados, propondo novas perspectivas de vivência da fé. Teologias que compreendem que a religião pode ser transformada pelas experiências femininas e pela justiça social.

A relação entre a religião e a população LGBTQIAPN+ é marcada historicamente por discursos de exclusão. Em algumas tradições religiosas, a sexualidade e as identidades de gênero diversas foram – e ainda são – vistas como pecado, um desvio, ou até uma patologia, fato que resultou na exclusão de inúmeras pessoas dos espaços de fé e no silenciamento de suas experiências espirituais.

Ainda existem discursos religiosos tradicionais que sustentam interpretações heteronormativas e patriarcais dos textos sagrados, ligando as práticas e identidades LGBTQIAPN+ ao pecado, à desordem moral, ou a uma ameaça à família. No contexto cristão, trechos da Bíblia ainda podem ser usados fora de contexto, para justificar exclusão e censura contra as pessoas LGBTQIAPN+ (Machado, 2019).

A utilização da religião na política, reforça discursos fundamentalistas que negam a pluralidade e os direitos humanos, mantendo formas de opressão institucionalizadas, até mesmo dentro das próprias igrejas. Como resultado, é possível observar a criação de ambientes hostis, os quais afastam milhares de pessoas LGBTQIAPN+ da sua espiritualidade, ou as forçam a esconder suas identidades em prol da aceitação religiosa (Oro e Souza, 2018).

Ainda são significativos os desafios para a inclusão da população LGBTQIAPN+ nas religiões. A resistência institucional, o avanço de discursos fundamentalistas e a violência simbólica precisam ser enfrentados, mediante o diálogo inter-religioso, a formação teológica crítica, e, a escuta ativa das experiências LGBTQIAPN+ no âmbito da fé.

Por outro lado, o cenário religioso atual também apresenta movimentos teológicos, comunidades acolhedoras e lideranças LGBTQIAPN+, que lutam contra tal exclusão, propondo uma espiritualidade fundamentada no amor, na dignidade, e na diversidade. Surge um movimento internacional e latino-americano por religiosidades plurais, que não somente aceita, mas comemora a diversidade, compreendendo-a como uma manifestação do

sagrado. Admitir a espiritualidade LGBTQIAPN+ equivale também a reconhecer que a fé pode ser experienciada de maneira genuína, libertadora, e politicamente modificadora.

### **3.2. Representações religiosas da deficiência: entre o estigma e o acolhimento**

Os problemas enfrentados por pessoas com deficiência nas comunidades religiosas vão além do teológico, e podem incluir questões relacionadas à arquitetura, comunicação, atitudes e simbolismos. É possível observar igrejas, templos, mesquitas e centros religiosos que ainda não oferecem acessibilidade física – rampas, sinalização e banheiros acessíveis – e litúrgica – Língua Brasileira de Sinais, Braille ou comunicação alternativa. Falhando na garantia da acessibilidade simbólica, de linguagem e representação na liderança. Pois Arendt (2008, p. 213) afirma que “todo aquele que não participa da convivência, renuncia ao poder e se torna impotente, por maior que seja sua força e por mais válidas que sejam suas razões”.

Apesar de tradições religiosas oferecer apoio espiritual, aceitação da comunidade e também um sentimento de conexão para as pessoas com deficiência, ainda possuem interpretações teológicas e práticas institucionais que continuam a reforçar estigmas, exclusões e visões capacitistas. Uma análise sobre a inclusão nas religiões exige rever crenças, rituais, e estruturas religiosas, ponderando os direitos humanos e a dignidade da pessoa com deficiência, como princípios essenciais da fé posta em prática.

A inclusão religiosa de pessoas com deficiência precisa ser compreendida como uma questão crucial de justiça social e direitos humanos. O conceito proposto pela espiritualidade inclusiva compreende que, independentemente das condições físicas, sensoriais e cognitivas de um indivíduo, elas possuem o direito de participar plenamente e dignamente da vida comunitária e litúrgica de sua religião (Mantoan, 2011; Corrêa, 2022). A fé, quando vivida a partir da alteridade, da escuta e do compromisso com a justiça, tem potencial para ser um poderoso agente de transformação nas relações sociais.

### **3.3. Interculturalidade, etnicidade e religião**

Em países como o Brasil, onde diversas tradições espirituais — indígenas, afro-brasileiras, cristãs, espíritas e orientais — coexistem, a interculturalidade religiosa representa tanto uma realidade social quanto um desafio teológico. Por exemplo, as religiões afro-brasileiras não só mantêm elementos culturais africanos como enfrentam séculos de racismo religioso e perseguição institucional (Gomes, 2005).

Nesse contexto, aceitar a diversidade religiosa implica aceitar a diversidade étnico-racial como um valor democrático. A interculturalidade, segundo Oro e Souza (2018), questiona o monopólio das tradições religiosas predominantes e sugere uma coexistência fundamentada no respeito e no diálogo entre diversas cosmovisões.

No âmbito dos movimentos sociais, essa batalha entre fundamentalismo e pluralismo se reflete em ações práticas: enquanto certos grupos religiosos trabalham para impedir direitos civis, outros se mobilizam para protegê-los em nome da fé. Desse modo, a religião atual é um campo em conflito, no qual diversas interpretações da fé competem por espaços, valores e reconhecimentos ao lidar com as diferenças humanas.

Adotando essa ideia como um ponto focal para a compreensão do racismo e da intolerância religiosa no Brasil, endossa-se destacando que além de ajustar as estruturas sociais, políticas e econômicas, também se torna necessário reconfigurar as pessoas que as gerem. Pois são nesses e através desses meios que o racismo e a intolerância religiosa se fortalecem. “O racismo, por sua vez, inclui a dimensão do poder e é revelado através de diferenças globais na partilha e no acesso a recursos valorizados, tais como representação política, ações políticas, mídias, emprego, educação, habitação, saúde” (Kilomba, 2019, p. 76).

Diante desse cenário, conclui-se que a promoção do pluralismo religioso no Brasil demanda mais do que políticas públicas inclusivas; exige uma profunda transformação cultural, capaz de reconhecer e valorizar a diversidade como pilar da democracia. Isso significa enfrentar o racismo e a intolerância religiosa em suas múltiplas expressões — institucionais, simbólicas e cotidianas — por meio do fortalecimento do diálogo inter-religioso, da educação para os direitos humanos e da desconstrução dos discursos de ódio legitimados por fundamentalismos. Somente assim será possível construir uma sociedade verdadeiramente justa, onde diferentes tradições espirituais possam coexistir com dignidade, respeito e igualdade de oportunidades.

#### **4. MATERIAIS E MÉTODOS**

Este estudo utilizou uma metodologia qualitativa, de natureza exploratória e interpretativa, com o objetivo de entender as diversas conexões entre fé e movimentos sociais, focando especialmente na promoção ou negação das diversidades humanas. A opção pela metodologia qualitativa é justificada pela característica subjetiva e simbólica do

objeto de estudo, que demanda uma investigação detalhada das representações, discursos e práticas sociais ligadas à fé e à religião no cenário atual.

O levantamento bibliográfico foi a principal estratégia metodológica empregada, fundamentando-se em autores clássicos e contemporâneos das disciplinas de Ciências das Religiões, Sociologia, Antropologia e Direitos Humanos. Foram examinadas obras fundamentais, como as de Karl Marx (1845) e Max Weber (1905), além de pesquisas mais contemporâneas, como as de Shippey (2017) e Oro e Souza (2018). A pesquisa também considerou artigos científicos e ensaios acadêmicos veiculados em periódicos especializados, com destaque para a Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS) e a Revista de Estudos da Religião (REVER), que se sobressaem nos debates acerca de religião, diversidade e espaço público.

Para estruturar e sistematizar os dados coletados, foi criado um quadro analítico que inclui os principais estudos utilizados, com detalhes como: autor(es), ano de publicação, título, conceitos centrais discutidos, tipo de discussão e contribuições teóricas. O quadro foi utilizado como fundamento para a análise crítica e comparativa das diversas perspectivas teóricas e empíricas a respeito do assunto. Ademais, a análise de conteúdo foi empregada como método para examinar os textos escolhidos, com o objetivo de identificar padrões temáticos, divergências conceituais e contribuições para entender o papel da fé como elemento legitimador e motivador das práticas sociais.

**Quadro 1: Analítico dos Estudos Utilizados**

<b>Autor(Es)</b>	<b>Ano</b>	<b>Título da obra / fonte</b>	<b>Conceitos centrais</b>	<b>Tipo de diversidade abordada</b>	<b>Contribuições teóricas</b>
<b>KARL MARX</b>	1845	<i>Contribuição à Crítica da Filosofia do Direito</i>	Religião como "ópio do povo", crítica à alienação	Classe social	Religião como expressão da miséria e protesto; crítica à função alienante da fé
<b>MAX WEBER</b>	1905	<i>A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo</i>	Fé como estruturação da ação social; ética calvinista	Cultural / econômica	Fé como fator propulsor do capitalismo; religião como agente transformador
<b>LEONARDO BOFF</b>	1981	<i>Igreja: Carisma e Poder</i>	Teologia da Libertação, justiça social, fé libertadora	Pobreza, desigualdade social	Religião como instrumento de denúncia das injustiças e fortalecimento dos oprimidos
<b>GUSTAVO GUTIÉRREZ</b>	1986	<i>Teologia da Libertação: Perspectivas</i>	Fé engajada com os pobres, libertação	Classe social, pobreza	Introduz a fé como agente político-social na luta dos marginalizados
<b>SHIPPEY, L. D.</b>	2017	<i>Faith, Resistance, and the Future</i>	Fé como resistência, discipulado radical	Étnico-racial, social	Fé como força de resistência contra opressões sistêmicas, especialmente para grupos marginalizados
<b>ORO &amp; SOUZA</b>	2018	<i>Religião e Espaço Público</i>	Interculturalidade, pluralismo religioso	Étnico-racial, religiosa	Diálogo inter-religioso como estratégia para convivência democrática e reconhecimento das diferenças
<b>GOMES, NILMA LINO</b>	2005	<i>Educação, identidade negra e religião</i>	Identidade, práticas pedagógicas antirracistas	Etnia, religião afro-brasileira	Religião como base de resistência ao racismo e construção da identidade negra
<b>ALTHAUS-REID, MARCELLA</b>	2003	<i>The Queer God</i>	Teologia queer, sexualidade e fé	LGBTQIAPN+	Questiona teologias heteronormativas; propõe espiritualidade inclusiva e Libertadora
<b>IVONE GEBARA</b>	1997	<i>Romper o Silêncio</i>	Teologia feminista, patriarcado nas religiões	Gênero	Religião como espaço de resistência e reinterpretação a partir das experiências femininas
<b>CORRÊA, MARIA APARECIDA</b>	2022	<i>Fé e Deficiência: inclusão e acessibilidade...</i>	Acessibilidade, espiritualidade inclusiva	Deficiência	Religião como ferramenta de inclusão e reconhecimento de direitos para pessoas com deficiência
<b>PIERUCCI, ANTÔNIO FLÁVIO</b>	2004	<i>Religião como Promissora Ameaça</i>	Fundamentalismo religioso, disputa simbólica	Diversidade religiosa	Alerta para o uso da fé como forma de exclusão e negação dos direitos humanos
<b>KILOMBA, GRADA</b>	2020	<i>Memórias da Plantação</i>	Racismo estrutural, poder e identidade	Etnia, classe, epistemologia	Apointa para a necessidade de reconfiguração das estruturas sociais e simbólicas
<b>CUNHA, MAGALI DO NASCIMENTO</b>	2011	<i>Religião e cultura midiática</i>	Fé no espaço público, mobilização religiosa	Diversidade geral	Religião como agente político e social no Brasil contemporâneo
<b>MACHADO, MARIA DAS DORES C.</b>	2019	<i>Religião e Direitos LGBT</i>	Exclusão/inclusão religiosa da população LGBTQIAPN+	LGBTQIAPN+	A religião tanto para reforçar preconceitos quanto para construir práticas inclusivas

**Fonte:** Elaborado pelos autores

A construção e análise do quadro possibilitaram uma sistematização criteriosa das contribuições teóricas, que embasaram esta discussão sobre fé e movimentos sociais, principalmente no que concerne às questões da diversidade humana. Dessa forma, a análise comparativa dos estudos ficou mais inteligível, permitindo vislumbrar como distintas perspectivas ajudam no entendimento da fé como agente, tanto de transformação, quanto de opressão.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A análise deste estudo mostrou que a fé não pode ser compreendida como um elemento neutro e individual, ela possui um papel central e multifacetado nos processos de transformação e conservação social. A fé, como símbolo cultural, tem a capacidade de afetar os movimentos sociais, tanto como fonte de resistência e emancipação quanto como instrumento de exclusão e repressão. Nesse sentido, a relação entre religião e diversidade mostra uma rede de ideias complexas sobre ética e política, nas quais diferentes interpretações da fé mudam as atitudes sociais em relação a gênero, raça, orientação sexual, deficiência e identidade.

As religiões, quando reinterpretadas por teologias críticas e grupos de fé engajados na justiça social, podem contribuir significativamente para o acolhimento das diferenças, a superação de estigmas e o fortalecimento da cidadania. A teologia feminista, a teologia negra, a teologia *queer* e espiritualidades inclusivas mostram como a fé pode ser ressignificada em uma prática libertadora, capaz de legitimar as lutas por igualdade, dignidade e reconhecimento.

Por outro lado, o progresso de discursos fundamentalistas no espaço público, pode evidenciar o uso da religião como um mecanismo ideológico de dominação. Manipular a fé para sustentar discursos moralistas heteronormativos, capacitistas ou racistas demonstra uma ameaça concreta aos direitos humanos. Tal observação reforça a necessidade de promoção de diálogos inter-religiosos críticos valorizando a pluralidade, e que confronte o uso excludente da religiosidade nas esferas institucionais e culturais.

Uma característica das sociedades atuais, principalmente em contextos democráticos e laicos, é o pluralismo religioso. Porém, o avanço de discursos fundamentalistas que rejeitam o diálogo e impõem visões exclusivistas da verdade religiosa pode tensionar constantemente esse pluralismo. O fundamentalismo opera por meio da literalidade dos

textos sagrados, da negação das diferenças e da demonização do "outro", colocando em risco a convivência inter-religiosa e a garantia dos direitos humanos.

Por outro lado, experiências fundamentadas no pluralismo religioso afirmam que a coexistência de tradições distintas não só é viável, mas também benéfica. Essas ações visam criar laços de solidariedade e respeito, utilizando o diálogo inter-religioso como uma estratégia para promover a paz, a inclusão e o reconhecimento das diferenças. A fé, quando vivida por meio da alteridade e compromisso ético com a justiça, consegue impulsionar redes de solidariedade, fortalecer lideranças comunitárias e ainda inspirar práticas transformadoras.

## 6. REFERÊNCIAS

ALTHAUS-REID, Marcella. **The Queer God**. London: Routledge, 2003.

ALVES, Rubem. **Religião e repressão**. São Paulo: Edições Loyola, 1982.

ARENDT, H. **A condição humana**. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

BOFF, Leonardo. **Igreja: carisma e poder**. Petrópolis: Vozes, 1981.

BRANDÃO, Carlos R.; MACHADO, Maria das Dores C. Religião, diversidade e direitos humanos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 30, n. 88, p. 7-25, 2015.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é religião**. São Paulo: Brasiliense, 2010. (Coleção Primeiros Passos).

CAMPOS, Rosângela. Capacitismo e religiosidade: reflexões sobre as barreiras simbólicas da fé. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**, v. 21, n. 1, p. 112-127, 2020.

CAROZZI, María Julia; FRESTON, Paul (org.). **Religião e política no mundo contemporâneo**. São Paulo: Editora UNESP, 2015.

CORRÊA, Maria Aparecida. Fé e deficiência: inclusão e acessibilidade nos espaços religiosos. **Revista Brasileira de Estudos da Religião**, n. 28, p. 109-125, 2022.

CUNHA, Luiz Antônio. A secularização no Brasil: uma perspectiva histórica. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 43, n. 148, p. 20-37, 2013.

CUNHA, Magali do Nascimento. **Religião e cultura midiática: novas formas de sociabilidade religiosa**. São Paulo: Paulinas, 2011.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência?** São Paulo: Brasiliense, 2007.

DUSSEL, Enrique. **Para uma ética da libertação latino-americana**. Vol 5: Uma filosofia da religião antifetichista. São Paulo: Loyola/UNIMEP, [1980].

FIORENZA, Elisabeth Schüssler. **In memory of her: a feminist theological reconstruction of Christian origins**. New York: Crossroad, 1983.

GEBARA, Ivone. **Romper o silêncio: uma fenomenologia feminista do mal**. Petrópolis: Vozes, 1997.

GIDDEND, A. **Sociologia**. Porto Alegre: Editora Penso, 2012.

GOMES, Nilma Lino. **Educação, identidade negra e religião: a construção de práticas pedagógicas de enfrentamento do racismo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

GRAMSCI, Antonio. **Introducción a la filosofía de praxis**. Barcelona: Edicions 62, 1970. p

GUTIÉRREZ, Gustavo. **Teologia da libertação: perspectivas**. São Paulo: Paulus, 1986.

HEGEL. **Fenomenologia do Espírito**. Petrópolis: Vozes. 1990.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação: Episódios de Racismo Cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2020.

MACHADO, Maria das Dores Campos. Religião e direitos LGBT: tensões e possibilidades. **Revista de Estudos da Religião – REVER**, São Paulo, v. 19, n. 3, 2019.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2011.

MARIANO, Ricardo. Neopentecostalismo: sociologia de um tipo ideal. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 15, n. 44, 2000.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2001.

ORO, Ari Pedro; SOUZA, Rogério Rosa de. **Religião e espaço público: novas configurações no Brasil**. São Paulo: Paulus, 2018.

PIERUCCI, Antônio Flávio. **Religião como promissora ameaça**. São Paulo: EdUSP, 2004.

ROSEMBERG, Fúlvia. Diversidade, desigualdade e educação: interfaces de gênero, raça e religião. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 80, 2002.

RUETHER, Rosemary Radford. **Sexism and God-Talk: Toward a Feminist Theology**. Boston: Beacon Press, 1993.

SEFFNER, Fernando. Diversidade sexual e homofobia: desafios para a cidadania no contexto escolar. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 35-50, 2009.

SHIPPEY, L. D. **Faith, resistance, and the future: toward a radical discipleship**. Eugene: Cascade Books, 2017.

SILVA, Lílian Gonçalves da. Diversidade religiosa e políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 35, n. 103, 2020.

SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.